

APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

Setúbal, 27 de Setembro de 2011

Discurso de introdução à palestra “Pirataria – Orquestrando a Resposta” proferido pelo Presidente do Conselho de Administração da APSS, Eng.º Carlos Gouveia Lopes.

Dia Mundial do Mar

A APSS junta-se uma vez mais às comemorações do Dia Mundial do Mar promovidas pela OMI – Organização Marítima Internacional. Trata-se de um vasto ciclo de conferências e eventos à escala global, incluindo, naturalmente, Portugal.

A OMI, como sabem, é a agência da Organização das Nações Unidas que tem por tarefa desenvolver e manter os instrumentos de regulação para a actividade marítima mundial, em áreas que incluem o direito, a cooperação técnica, a segurança, a procura da eficiência do transporte marítimo e a defesa do meio ambiente.

Este ano, as comemorações abordam o tema “Pirataria – Orquestrando a Resposta”. A pirataria marítima é uma realidade infelizmente actual e que nos afecta a todos directa e/ou indirectamente, sendo errado pensar que é um problema que dirá respeito apenas ao transporte marítimo e a quem com ele está relacionado.

Fazemos parte de uma economia global suportada por uma cadeia de abastecimento igualmente global e, sem dúvida, não haverá excepções na

distribuição do ónus resultado deste condicionalismo nesta zona do globo. O Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban Ki-Moon referiu-se a esta situação como *“Completamente inaceitável” ... “Economia Pirata”*.

De facto, as acções de pirataria já representam um pesado custo e uma considerável perturbação no transporte marítimo global. Pela sua importância, relembro, também, as palavras do Secretário-Geral da organização, Sr. Efthimios Mitropoulos proferidas, a 3 de Fevereiro, na Sede da OMI, durante o lançamento do tema do Dia Mundial do Mar para 2011:

“Só nos últimos 12 meses, foram relatados 286 incidentes de pirataria ao largo da costa da Somália. Resultaram em 67 navios sequestrados, com 1 130 marinheiros a bordo, enquanto, presentemente, 714 marinheiros continuam mantidos a bordo, sob pedidos de resgate, em 30 navios dispersos por vários pontos da extensa linha de costa”

“A pirataria e os raptos enferrujaram a comunidade marítima por muito tempo” ... “Este ano resolvemos redobrar os nossos esforços e, ao fazê-lo, gerar uma ampla e global resposta à actual pirataria”

É este o repto que lançamos para a palestra de hoje: Ficamos a entender um pouco mais sobre esta matéria, depois de conhecermos duas experiências diferentes, mas que vivem diariamente no perigoso palco da Costa Africana do Oceano Índico.

Falamos concretamente da visão do operador do transporte marítimo, uma das principais vítimas deste flagelo e, também, numa outra perspectiva do

mesmo problema, do papel da Força Naval da União Europeia, EUNAVFOR, Operação ATALANTA, enquanto protecção do transporte marítimo em geral e, em particular, na escolta dos navios que transportam ajuda humanitária destinada à população somali.

Teremos então a Honra de ouvir, em primeiro lugar, o Director Geral da CMA CGM Portugal, SA, Dr. José Carlos da Conceição Santos.

A CMA CGM é um dos maiores grupos mundiais no transporte de contentores, opera 389 navios em 170 rotas, que escalam 400 portos em 150 países. Em 2010, transportou 9 milhões de TEU. São números que conferem à CMA CGM um estatuto de importância global no seio do transporte marítimo e validam uma experiência ímpar nas rotas afectadas pelo problema.

Na segunda intervenção, aproveitaremos a oportunidade de saber um pouco mais de como é prevenir e combater a pirataria, na pessoa do Senhor Comodoro Alberto Manuel Silvestre Correia, que comandou de Abril a Agosto de 2011, a Força Naval da União Europeia – Operação ATALANTA.

A operação militar EUNAVFOR – ATALANTA foi lançada em 2008, por um período de doze meses, tendo sido prorrogada pelo Conselho da UE, até Dezembro de 2012, com os objectivos de assegurar a protecção aos navios que transportam ajuda alimentar ao povo somali (WFP - World Food Program), de fornecer apoio logístico à AMISOM (African Union Mission in Somalia) e de contribuir para o esforço militar na prevenção e repressão dos actos de pirataria no mar.